

Heráclito quer negociar sua proposta

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) revelou ontem que não pretende coletar assinaturas de apoio à sua emenda que propõe eleições gerais em 89 — com prorrogação de mandatos dos prefeitos e vereadores e redução do mandato dos governadores — para poder ter autonomia pessoal para negociá-la, ou quem sabe, fundi-la a uma outra proposta semelhante se for conveniente. Amanhã ele entrega a emenda apenas com sua assinatura, mas diz que mais tarde, se a proposta mobilizar a opinião pública, os próprios constituintes poderão procurá-lo, espontaneamente, para assiná-la e votá-la em regime de preferência.

— Eu sou o responsável pela emenda, mas ela já fugiu das minhas mãos, observa o 3º secretário da Câmara, acrescentando que hoje existem 4.500 prefeitos interessados e envolvidos na sua aprovação.

Fortes não aceita que a sua emenda seja comparada à que também será apresentada hoje com a assinatura do deputado Basílio Vilani (PMDB-PR) — secretário-geral do Centrão — que propõe a realização de eleições no ano que vem para a escolha do sucessor do presidente José Sarney e dos prefeitos e vereadores, preservando os mandatos dos governadores, deputados federais e senadores. "É preciso ficar claro que a minha emenda não foi feita para dar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Ela é muito mais completa, pois tem a coragem de reduzir mandatos e sugar a boa intenção", diz Heráclito Fortes. É um referendo popular para os senadores eleitos em 86. Ela vai o deputado Basílio Vilani, também explica que a sua emenda é individual e será apresentada apenas com a sua assinatura, mas garante que no momento apropriado terá nas mãos as 187 assinaturas necessárias para votá-la com preferência no plenário. "Até agora não me preocupei em coletar assinaturas. Não sei quantas já consegui, mas tenho a convicção de que só no Centrão, num bolo alancarei as assinaturas necessárias", diz o deputado paranaense, confiante em uma melhor receptividade entre os constituintes, em relação à proposta Heráclito Fortes, uma vez que sua emenda não penaliza os parlamentares com o corte de seus mandatos.

Eleição geral terá votação em separado

O deputado José Moura (PFL-PE) assegurou ontem o apoio necessário para votação, em destaque, de sua emenda propondo a realização de eleições gerais em 15 de novembro deste ano. A proposta de Moura permite que os atuais ocupantes de cargos no Executivo disputem a reeleição, desde que renunciem três meses antes do pleito.

O senador Rul Bacelar (PMDB-BA) apresentou ontem emenda determinando que as eleições presidenciais e municipais serão realizadas 120 dias após a promulgação da Constituição. Bacelar anunciou que pedirá destaque para sua proposta, caso não seja acolhida pelo relator.

A previsão de integrantes da Mesa da Constituinte é de que serão apresentadas cerca de duzentas emendas propondo eleições presidenciais este ano. A maioria delas incluirá eleições gerais. A dificuldade da Mesa será a escolha daquela em torno da qual se dará a votação desse tema.

Como José Moura já conseguiu as assinaturas para o pedido de destaque, tem ligeira vantagem nesse sentido, mas terá de ser o primeiro a encaminhá-lo à Mesa quando começar a votação. De qualquer forma ele assegurou a votação, em separado, das eleições gerais este ano.

A Mesa da Constituinte já decidiu que não acabará nenhum das três proposições em favor da antecipação da votação do sistema de governo e do mandato. O senador Mauro Benevides (PMDB-CE), 1º vice-presidente da Constituinte, está com três propostas neste sentido, a primeira das quais foi apresentada pelo deputado César Cais Netto (PDS-CE) em abril último.

A decisão da Mesa foi para evitar prejuízo na votação da Constituinte. Tem o presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) que, uma vez, decidida a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos, comece, de imediato, a campanha eleitoral para a Presidência. Na outra hipótese, os defensores de quatro anos se desinteressariam da Constituinte. Por este motivo, é preferível manter o mandato de Sarney como uma das últimas questões a serem resolvidas.

Lobão diz que 290 apóiam emenda

Mas acredita que a proposta de 5 anos chegará às 300 assinaturas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) revelou, ontem, que a sua emenda propondo cinco anos de mandato para o presidente Sarney conta com 290 assinaturas, podendo ultrapassar as 300. O senador maranhense disse que deseja "uma folga" da maioria absoluta de 280 votos para se prevenir contra eventuais retiradas de assinaturas, como ocorre frequentemente, nesses casos, na Constituinte e no Congresso.

Lobão indagava do senador mineiro Itamar Franco, um peemedebista hoje no PL qual era a receptividade à tese das eleições gerais ainda em 88. Itamar, cético, dizia não acreditar que a maioria dos constituintes vote a favor do pleito do próximo presidente este ano, lembrando que, no ano passado, foi chamado de Jim Jones (o pastor americano que provocou um suicídio coletivo na Guiana) por ter apresentado igual proposta.

Lobão informou que identificou muitas assinaturas

repetidas, até porque também pediu ao deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), que ficasse com algumas listas. Reconheceu que esse é um costume no Congresso, até porque a maioria tem postura liberal, acreditando que deva favorecer a apresentação de qualquer proposta.

— Alguns que não assinaram votam pelos cinco anos; alguns que assinaram não votam.

O senador Itamar Franco, que retornava de Belo Horizonte, mostrou-se impressionado com a deterioração que sofreu a imagem política e do governo perante a opinião pública.

O parlamentar mineiro manifestou sua convicção de que só as eleições gerais para renovação de todos os mandatos, de vereador a presidente da República, teriam condições de renovar as esperanças populares nos homens públicos e nas instituições, mas reconhece que a maioria da Constituinte dificilmente chegaria a esse caminho.

— Eu já estou decepcionado com o entusiasmo de muitos. Na hora de decisão, a maioria muda — desabafou Itamar.

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) sustentou que a tendência da Constituinte é pela fixação do mandato de Sarney em quatro anos e, portanto, nas eleições presidenciais ainda em 88. "O Brasil não suportará mais dois anos dentro dessa crise econômica, que se mostra insolúvel", dizia o senador potiguar.

Agripino também desmentiu que tivesse celebrado um acordo como ex-governador Leonel Brizola, para apoiar sua candidatura a presidente da República. Disse que seu candidato é o ministro Aureliano Chaves, estando afastada a possibilidade de apoiar "qualquer candidato a presidente do PMDB".

O senador Itamar Franco acredita que Brizola não terá chances de vencer uma disputa pela Presidência da República este ano,

numa eleição "casada" com a municipal. No caso, funcionaria a estrutura poderosa do PMDB, cuja legenda ainda possui charme eleitoral. O senador Edison Lobão, a seu lado, concordou em que o PMDB ainda tem muito fôlego para resistir ao próximo embate eleitoral.

Os senadores Edison Lobão e Itamar Franco concordaram em que o Partido dos Trabalhadores e o PDT de Leonel Brizola deverão crescer expressivamente nas próximas eleições, beneficiando-se dos desgastes que tem sofrido o maior partido do país, que é o PMDB.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) acredita que seu partido deverá crescer em todo o Brasil nas próximas eleições. Um dos aspirantes a candidato a prefeito de São Paulo pelo PT, Plínio de Arruda Sampaio lembrou que o partido está em primeiro lugar nas pesquisas de opinião pública recentemente realizadas.

JULIO ALCANTARA



Sant'Anna exige compromisso de quem assinou

Líder unifica emendas para ganhar tempo

Sem consulta prévia aos signatários, o Centrão decidiu juntar as assinaturas das duas emendas — do senador Edison Lobão e do deputado Matheus Iensen — que propõem cinco anos de mandato ao presidente José Sarney. Ao confirmar este fato, ontem, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse que não acha que a iniciativa — dele próprio — extrapolou a confiança dos constituintes nem que ultrapassou suas funções, fazendo o papel da secretaria-geral, a quem compete, pelo regimento, anexar as propostas correlatas após a apresentação. Ele justificou que o tempo era curto para colher as assinaturas necessárias à emenda.

Gaspar justificou que sempre deu apoio às proposições para que elas tramitassem livremente na Constituinte. Mas, quanto a seu compromisso de voto pelos cinco anos evitou ter maiores considerações, alegando que tem a situação peculiar de representante do Maranhão, terra do Presidente. "Vou ficar calado por enquanto", afirmou.

Ontem, o líder Carlos Sant'Anna disse que praticamente já zerou a coleta de assinaturas de uma e outra emenda. Ele confirmou ainda que os dez deputados que figuram na lista do Centrão como votos para os quatro anos de mandato realmente assinaram também a emenda dos cinco anos. São eles: Antônio Gaspar, Caio Pompeu, Flávio Palmier da Veiga, Gabriel Guerreiro, José Carlos Coutinho, José Elias, Mário Bouchardet, Nion Albernaz, Ronaro Correa e Stélio Dias. Destes, pelo menos Nion Albernaz informou ontem que sua preferência foi apontada incorretamente, pois está com cinco anos.

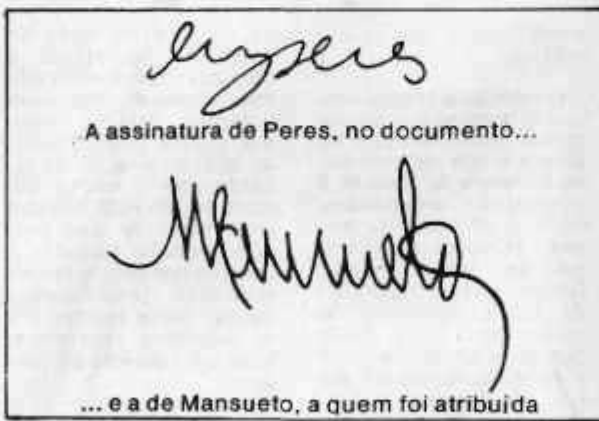
Tais problemas deixaram a liderança do Governo de sobreaviso. As listas de assinatura das emendas, por exemplo, estão sob sigilo absoluto, enquanto o deputado Carlos Sant'Anna se limita a informar que dispõe de 278 assinaturas, que passarão de 300 até amanhã, quando vence o prazo de apresentação.

Carlos Sant'Anna tratou da emenda dos cinco anos durante sua audiência de rotina, todas as segundas-feiras, com o presidente José Sarney. Fez um relatório das assinaturas já obtidas, das perspectivas e revelou que "ele criou ânimo novo" com as informações, principalmente porque Sarney não pensava ser impossível reverter o quadro de tendência na Constituinte pelos quatro anos de mandato.

Assinatura errada agita Constituinte

Até as testemunhas já tinham sido providenciadas ontem, para dizer que viram quando o senador Mansueto de Lavor assinou a emenda do Centrão pelos cinco anos, quando a mesa do Senado atestou que a rubrica, na verdade, era do deputado Gerson Peres (PDS-PA). A possível falsificação de assinatura na emenda do Centrão que assegura cinco anos de mandato ao presidente José Sarney, foi, ontem, o fato que movimentou a Constituinte, numa segunda-feira manhã, sem sessão e que ocupou os seus integrantes da elaboração de emendas, cujo prazo de apresentação vence amanhã. O acusado de "falsificação", deputado Matheus Iensen, por sua vez, antes de esclarecer o equívoco, acusou o senador de tentar negar seu apoio aos cinco anos por pressões do governador Miguel Arraes: "Ele está tirando o corpo fora porque levou pau na moleira" — disse.

A falsificação da assinatura foi denunciada sábado pelo senador Mansueto de Lavor na reunião dos históricos do PMDB, mas só ontem ele teve acesso, por sinal apenas parcial, à lista original



A assinatura de Peres, no documento...

... e a de Mansueto, a quem foi atribuída

que estava em poder do deputado Matheus Iensen. Enquanto tentava provar que fora vítima do Centrão, membros deste grupo se ocuparam em espalhar por todos os municípios de Pernambuco o que, depois, comprovadamente foi um erro. Por isso o constituinte pernambucano denunciou o Centrão como autor da quebra de confiança na Constituinte, suspeitando, que existe em alguns de seus membros a intenção deliberada de atingir a posição de "dos que pertencem ao lado do PMDB que não se curva ao Governo".

Ontem pela manhã, depois de denunciar a possível falsificação,

Mansueto foi ao gabinete do presidente Ulysses Guimarães entregar uma representação contra o deputado Matheus Iensen, que ele ainda vai processar no Supremo Tribunal Federal. Sua queixa foi feita em linguagem dura e veemente, pois sabia que o deputado o havia acusado de viracasca.

Iensen, por sua vez, como bom evangélico, jurou por Deus que não tinha falsificado nada. Alegou que as assinaturas foram colhidas por funcionários, mas até conquistou a solidariedade do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, para assegurar que a assinatura era mesmo de

Mansueto de Lavor. Revelou, então, que mandou confirmá-la no plenário e a resposta era positiva. "Aqui é assim mesmo, as pessoas assinam e depois tiram o corpo fora. Val ver que foi pressionado pelo governador Miguel Arraes, levou pau na moleira, mas a letra é dele" — afirmou.

Mansueto de Lavor, por sua vez, disse a Iensen que "neste momento me considero em guerra" e afirmou que a iniciativa do Centrão mostra o desespero do grupo em retribuir as benesses que recebe do presidente José Sarney e, por isso, quer mostrar serviço a qualquer custo. Para ele, a quebra de confiança está configurada e os constituintes precisam ter cuidado com o que assinam.

Somente no meio da tarde o problema foi esclarecido pela declaração formal da mesa do Senado com relação à identidade real do constituinte que assinara a emenda do Centrão. Gerson Peres, por sua vez, confirmou que foi a pedido do ministro Prisco Viana que decidiu apoiar os cinco anos para o presidente José Sarney.



Os personagens do caso: Mansueto, o que foi confundido; Peres, o que assinou; e Iensen, o que confundiu

Governador recusa corte nos mandatos

Do Correspondente

Teresina — A emenda que o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) apresentou, marcando eleições gerais para setembro de 89, é inoportuna. A opinião é do governador do Piauí, Alberto Silva. Para o governador, até mesmo os atuais prefeitos, eleitos em 82 para um mandato de seis anos, são contra a iniciativa do deputado piauiense. Alberto Silva criticou ainda a emenda Heráclito Fortes por considerar que reduzir os mandatos dos governadores seria um golpe que ele não aceita.

O prefeito de Teresina, Wall Ferraz, não quis comentar a emenda, limitando-se a repassar as explicações que o deputado Heráclito Fortes lhe deu sobre a matéria. O deputado disse ontem ao prefeito que o objetivo de sua emenda é definir a duração dos mandatos e ajustar o calendário eleitoral.

Centrão traz firmas até da Europa

Assinaturas chegam da Europa por via aérea, constituintes são localizados na praia pelos postos de salvamento, delegacias de polícia servem de intermediárias entre os parlamentares e QG do Centrão em Brasília. O grupo se esforça e na luta pelas 280 assinaturas que garantem a preferência para as suas propostas na votação em plenário a criatividade tem sido uma constante. Ainda assim, dificilmente o Centrão vai atingir o seu objetivo até amanhã, prazo final para a apresentação das emendas ao projeto de Constituição.

Quem anunciou ontem a dificuldade em obter a adesão da maioria absoluta da Constituinte para as propostas foi o próprio coordena-

ador de mobilização do grupo, deputado Dado Coimbra (PMDB-RJ). Reconhecido no meio político como especialista em números e previsões, o parlamentar admitiu ontem que as dificuldades na obtenção das assinaturas estavam superando as expectativas.

O Centrão continua com o seu quartel-general montado na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Se o grupo não conseguir reunir a maioria necessária para impor o seu projeto ao plenário, restará aos seus integrantes correr atrás dos votos em plenário ou incorporar-se aos acordos que estão sendo promovidos pelos demais grupos da Constituinte.

PT já teme o rolo compressor

A votação em bloco de grande parte do projeto constitucional — considerada de consenso — proposta ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, "é inaceitável e significa o rolo compressor da maioria", disse o deputado José Genoíno, vice-líder do PT. Segundo ele, nesta fase final de plenário há a necessidade de se esclarecer ponto por ponto do que está sendo votado, clareando para o povo a posição dos constituintes.

Segundo o parlamentar petista, o regimento aprovado pelo Centrão diz que o projeto será votado capítulo por capítulo. afirmou que o PT apresentará destaques e emendas a todo o projeto constitucional. "O partido — disse — apresentará na quarta-feira 64 emendas sobre questões essenciais da Constituição e lutar por vê-las aprovadas e, por isso não aceitará a votação em bloco".

Panfleto dá nomes dos "traidores"

"Procuram-se os traidores do povo" é o título de um panfleto que está sendo espalhado por todo o DF, desde ontem, com as fotos dos cinco constituintes de Brasília que ingressaram no Centrão: Francisco Carneiro, Márcia Kubitschek, Meira Filho, Valmir Campelo e Jofran Frejat. São 50 mil panfletos e 20 mil cartazes que fazem parte da campanha de defesa da Constituinte e são assinados pelo Sindicato dos Bancários de Brasília.

O diretor de propaganda do Sindicato, Luiz Cláudio Lopes, informou que todos os sindicatos do País estão fazendo a mesma coisa, mas já vem encontrando problemas. Semana passada, os bancários de Marília (SP) foram surpreendidos com a invasão do Sindicato pela Polícia Militar armada de metralhadora e acompanhada por um juiz que apreendeu todo o material. Os paulistas denunciavam os membros do Centrão daquele estado, origem inclusive de um dos principais líderes do grupo, o deputado Cardoso Alves.

Os bancários fazem parte de um movimento nacional de entidades sindicais em defesa da Constituinte. Vão ainda assinar outro panfleto do gênero, com as demais entidades envolvidas. Não se conformam com a pretensão do Centrão de "derubar" todos os pequenos avanços conseguidos pelos trabalhadores na Comissão de Sistematização.

Só foi possível localizar, ontem, o deputado Jofran Frejat, um dos constituintes que tem a foto estampada no panfleto. Ainda não tinha conhecimento da panfletagem, mas disse que não vê nada de importante nisso: "São os descontentes". Esclareceu que seu compromisso com o Centrão foi apenas para mudar o regimento interno da Constituinte e justificou: "Tinha que ser alterado. Na Sistematização, fizemos acordos de liderança e preteriram várias emendas minhas: 'Senti-me como um constituinte de segunda categoria', desabafou o ex-secretário de saúde do GDF.

Frejat disse, também, que esse tipo de patrulhamento é próprio de radicais e que pretendem mudar, sim, dois itens pelo menos, no capítulo de ordem social: o que institui o que chama de "plântão quebra-do" (jornada máxima de 6 horas para turnos de revezamento) — "n-ao serve para os profissionais de saúde, nenhum deles aceita isso" — e estender a aposentadoria especial dos professores para esses profissionais. "A partir de agora, votarei de acordo com a minha consciência" concluiu o deputado.

PCB quer os 4 anos porém apóia Sarney

Recife — Mesmo defendendo o mandato de quatro anos para o Presidente da República e a realização de eleições diretas ainda este ano, o Partido Comunista Brasileiro vai manter um "apoio crítico" ao governo Sarney, pelo menos até que as urnas indiquem o seu substituto. A informação é do secretário-geral do PCB, Salomão Malina, que está no Recife desde último fim de semana, coordenando um amplo programa de filiações que os comunistas pretendem fazer até novembro.

Os comunistas do "Partido", de acordo com Malina, ainda encaram o governo Sarney como "instrumento da transição". E a transição, que na sua opinião inclui também a Constituinte, vai continuar recebendo apoio do PCB.

ANÚNCIO FONADO 223-2323